

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.014.449 - RJ (2016/0296023-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
ADVOGADOS : SAMANTHA ZROLANEK REGIS - SP200050
MARCELO ZROLANEK REGIS - SP278369
AGRAVADO : FATIMA MARIA DA ANUNCIACAO SILVEIRA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO - RJ000000

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Conselho Regional de Serviço Social**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fl. 173):

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO INTERNO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO DO COLEGIADO. DESCABIMENTO. CPC, ART. 557, § 1º, C/C RI-TRF2, ART. 223. PRECEDENTES.

- 1. O recorrente (CRESS) laborou em equívoco, porquanto é impróprio o recurso de agravo interno (CPC, artigo 557, § 1º, c/c RI-TRF2, artigo 223) para impugnar decisão proferida por órgão colegiado. (Precedentes deste Regional e do STJ).*
- 2. Agravo interno não conhecido.*

Nas razões de recurso especial, a parte ora agravante sustenta, em resumo, a legalidade dos valores cobrados a título de anuidade de conselho de fiscalização profissional, uma vez que: (I) *"a aplicação dos parâmetros da revogada Lei nº 6.994/82 para fixação de valores das anuidades contraria a regras básicas da eficácia temporal das normas, acarretando os limites de R\$38,00 a R\$190,00 a serem cobrados de anuidades, o que conduziria ao fim dessas instituições que não teriam como custear suas despesas básicas, e muito menos de exercer sua missão."* (fl.179); (II) *"Sendo assim, não há que se falar em retificação da Certidão da Dívida Ativa, pois os valores cobrados estão em perfeita comunhão com a lei 12.514/2011 que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral."* (fl.183); e (III) *"o art. 2º da Lei n.11.000, de 15/12/2004 também aduz acerca dos Conselhos Profissionais de uma maneira geral, delegando a eles a competência*

para fixar, cobrar e executar suas anuidades" (fl.184).

É O BREVE RELATÓRIO.

O recurso especial não comporta trânsito.

Com efeito, impende ressaltar ser inadmissível o recurso especial que apresenta razões dissociadas do quadro fático e das premissas jurídicas expostos no acórdão recorrido. No caso, aduz o recorrente, em suma, a legalidade da fixação e cobrança de anuidades pelos conselhos de fiscalização profissional. Contudo, o Tribunal **a quo** solucionou a controvérsia ao único fundamento de que não restara viável, na hipótese, o conhecimento do agravo interno interposto pela parte ora agravante perante o Tribunal de origem, uma vez que *"a recorrente laborou em equívoco, porquanto é impróprio o recurso de agravo interno (CPC, artigo 557, §1º, c/c RI-TRF2, artigo 223) para impugnar decisão proferida por órgão colegiado (Precedentes deste Regional e do STJ)"* (fl.171).

Assim, os argumentos postos no presente apelo não guardam pertinência com os fundamentos do aresto atacado, atraindo a incidência da Súmula 284/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*). Nessa linha de raciocínio, citam-se os seguintes julgados: **REsp 1.260.020/GO**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30/8/2011; **AgRg no Ag 1.238.729/PE**, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 13/9/2010.

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator